

Diogo Pinheiro nasceu em Barcelos, por volta de 1437. Era filho de Pedro Esteves Cogominho, desembargador e ouvidor do Duque de Bragança e conselheiro do monarca D. Afonso V, e de Isabel Pinheiro¹.

Uma das primeiras referências documentais a Diogo Pinheiro data de 1471. A 18 de maio desse ano, na altura em que este era já reitor da igreja paroquial de S. Mamede, na diocese do Porto, solicitou uma confirmação da sentença proferida pelo vigário do arcebispo de Siena, na qual este o declarava ilibado pela morte de um estudante da universidade daquela cidade. No ano seguinte, a 23 de janeiro, o futuro prelado funchalense pediu uma nova confirmação da absolvição *ad cautelam* para que pudesse ser promovido no sacerdócio². Ainda na primeira metade dessa década, em 1473, Diogo foi nomeado administrador perpétuo do Mosteiro do Salvador de Castro de Avelãs, da ordem beneditina, encarregando-se de renovar a porta principal da igreja do mosteiro, na qual deixou as suas insígnias³. Sabe-se que o eclesiástico se doutorou a 25 de fevereiro de 1478 *in utroque jure* pela Universidade de Pisa⁴.

Após regressar Portugal, Pinheiro foi escolhido, a 5 de junho de 1483, por ser “homem syngular em Derectos, e da criaçam da casa do Duque”, para defender o Duque de Bragança, D. Fernando II, em causa na qual este era acusado de conspirar contra o monarca D. João II⁵.

É difícil compreender as estratégias tanto do monarca como do futuro prelado, porém, presume-se que a boa prestação de Diogo deverá ter agradado ao rei que,

¹ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, vol. IV, p. 102 e Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro, vigário geral de Tomar, 1º bispo do Funchal e Primaz das Índias”, in *Congresso Internacional A Ordem de Cristo e a Expansão: Resumo das Comunicações*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2013, p. 11, consultado em <https://docplayer.com.br/7697857-Congresso-internacional-a-ordem-de-cristo-e-a-expansao.html> (19-05-2022). Henrique Henriques de Noronha informa que, sendo moço, Diogo tivera cinco filhos bastardos, em Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, pp. 77 e 80.

² Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 12.

³ Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 12 e Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, *cit.*, p. 77.

⁴ Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 12. O doutoramento em *utroque jure* indicava que o clérigo era formado tanto em direito canónico como em direito civil.

⁵ Como se refere na crónica de Rui de Pina sobre o reinado de D. João II, publicada em José Correa da Serra (ed.), *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1792, vol. II, p. 47. Barbosa Machado informa que Diogo Pinheiro escrevera, em 1483, um *Manifesto, em que se mostra a innocencia do Duque de Bragança D. Fernando II, e a falta de prova, e nulidade da sentença porque foy condenado*, porém Fernando Larcher duvida dessa datação dado a existência de referências à morte de D. João II pelo que este *Manifesto* deverá ser posterior a 1485, veja-se Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, *cit.*, vol. IV, p. 102 e Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 12.

procurando ganhar um aliado o nomeou como desembargador do Paço, a 12 de abril de 1484⁶. Após este provimento, Diogo deverá ter sido presença assídua na corte, recebendo mercês de D. João II, que o indigitou, ainda nesse ano de 1484, para a reitoria da igreja de São Salvador de Pereiró, na diocese de Braga, e o enviou, em 1493-1494, à Inglaterra, ainda que não se conheçam os motivos dessa embaixada⁷.

Com a subida ao trono de D. Manuel I, o clérigo ficou ainda mais próximo da Coroa, dadas as intenções régias em restaurar as casas senhoriais decapitadas pelo seu antecessor e primo D. João II⁸. As mercês seguiram-se: a 12 de setembro de 1497, D. Manuel nomeou-o vigário da Ordem de Cristo e de todas as igrejas a ela anexas, o que foi confirmado a 28 de outubro pelo prior do Convento de Tomar, Fr. Nuno Gonçalves; e dois anos mais tarde, a 9 de abril de 1499, o monarca atribuiu-lhe uma comenda no Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, em Viana do Castelo⁹.

A aproximação de Diogo Pinheiro à casa ducal de Bragança manteve-se, tendo ele sido nomeado como prior da colegiada de Guimarães, pelo duque D. Jaime, a 13 de dezembro de 1502, tomando posse a 6 de janeiro do ano seguinte. Neste cargo, ordenou a conclusão do claustro e da torre sineira, construções que terão terminado em 1513-1515¹⁰.

A necessidade da presença de um prelado, já há algum tempo sentida, associada a tentativas de usurpação da jurisdição da Ordem no arquipélago da Madeira, levaram a que D. Manuel I decidisse fundar uma nova diocese com poder sobre todo o Atlântico. A 12 de junho de 1514, o papa Leão X, pela bula *Pro Excellenti Proemientia*, estabeleceu o bispado do Funchal e nomeou Diogo Pinheiro, vigário da Ordem de Cristo, como seu primeiro bispo¹¹. O papa pretendia indigitar Manuel de Noronha, mas

⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, vol. VIII (1481-1490), p. 94 e Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 12.

⁷ Fernando Larcher refere que, no seguimento da resignação do antigo reitor, Lopo Dias, Diogo solicitou este ofício clerical, a 4 de julho de 1484. Tal foi-lhe concedido, em data incerta, e Diogo mandou ampliar a ermida, deixando as armas dos Pinheiros sobre uma das portas, como aponta Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, pp. 12-13.

⁸ Noronha designa-o mesmo como conselheiro régio, em Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, *cit.*, p. 76.

⁹ António Brásio, “O Padroado da Ordem de Cristo na Madeira”. *Arquivo Histórico da Madeira*. 12 (1960-1961), pp. 225-228 e Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 13.

¹⁰ Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 13. Barbosa Machado indica que Diogo Pinheiro era capelão e fidalgo da casa do duque D. Jaime, ainda que nenhuma outra documentação conhecida o refira, em Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, *cit.*, vol. IV, p. 102.

¹¹ Luiz Augusto Rebello da Silva, *Corpo Diplomático Português*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862, tomo I, pp. 257-260.

o monarca insistiu em Pinheiro e levou a sua vontade avante¹². A escolha de Diogo assentou, sem dúvida, na proximidade deste com a casa de Bragança e com o próprio rei – não se descurando o facto do Duque D. Jaime ter conquistado Azamor no ano anterior – e na transferência “pacífica” da jurisdição da Ordem de Cristo para uma nova estrutura eclesiástica¹³. A sagração de Diogo somente ocorreu no ano seguinte, a 3 de junho de 1515, após a qual este adoptou a designação de “Bispo do Funchal e Primaz das Índias”, dada a extensão da jurisdição do bispado¹⁴.

O novo prelado funchalense seguiu uma política de bispos-cortesãos, residindo na corte ou acompanhando esta na sua itinerância. A esta prática, juntou-se o facto de ser necessário viajar de barco até ao arquipélago madeirense e de Diogo Pinheiro ter outras funções no reino, para que se justifique a ausência do antístite do seu bispado¹⁵. Ainda assim, em 1516, o prelado enviou D. Duarte, bispo de Dume, ao arquipélago funchalense para que este ordenasse novos sacerdotes e sagra-se a catedral¹⁶. Nesse ano, D. Diogo Pinheiro foi nomeado comendatário do Mosteiro de S. Simão da Junqueira, comenda que viria a deixar aos filhos Rodrigo e Pedro¹⁷.

Na sequência da morte de D. Manuel I, em dezembro de 1521, o prelado esteve presente na cerimónia de aclamação do novo monarca, a 19 de dezembro desse ano, e na tomada de posse de D. João III como administrador e governador da Ordem de Cristo, a 3 de julho de 1523¹⁸.

Pouco antes de falecer, o antístite instituiu um morgado, assente na capela da Torre dos Sinos, em Barcelos, e elegeu como administrador Henrique Pinheiro Lobo, seu sobrinho¹⁹.

Diogo Pinheiro faleceu em julho de 1525 e foi sepultado na capela-mor de Santa Maria do Olival, em Tomar, tendo-se transferido as ossadas para um “moimento que [os

¹² Jayme Constantino de Freitas Moniz, *Corpo Diplomático Português*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898, tomo XI, pp. 103-104.

¹³ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 297-298.

¹⁴ Ernesto de Campos de Andrada (ed.), *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515-1568)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1937, pp. 196-197.

¹⁵ Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, cit., p. 77.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, cit., p. 14.

¹⁸ Ana Isabel Buescu, *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 134 e Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, cit., p. 15.

¹⁹ Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, cit., p. 15.

herdeiros] mandarão fazer na parede da dita cappela moor da parte do Evangelho sobre o portal que dela vai pera a outra Cappela e Sancrestia velha”, corria o ano de 1528²⁰.

Bruno Abreu Costa

²⁰ D. Diogo Pinheiro terá de ter falecido antes de 27 de julho de 1525, altura em que o duque de Bragança pediu a D. João III que promovesse um seu sobrinho como administrador do Mosteiro de Castro de Avelãs, na sequência da morte do prelado funchalense, como refere Fernando Larcher, “D. Diogo Peres Pinheiro [...]”, *cit.*, p. 15. As informações relativas à sepultura do bispo encontram-se em António Brásio, “O Padroado da Ordem de Cristo na Madeira”, *cit.*, p. 227.